

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	2
1. Do objeto	2
2. Valor estimado	3
3. Prazo de vigência e instrumento contratual	3
II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	4
4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação	4
III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS	4
5. Do Estudo Técnico Preliminar	4
IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	4
6. Da Sustentabilidade	4
7. Da exclusividade de participação de ME e EPP	4
8. Da participação de consórcios	5
9. Da participação de cooperativas	5
10. Da subcontratação	5
11. Garantia de contratação	5
V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	6
12. Regime de execução	6
13. Condições de execução e medição de resultados	6
14. Materiais a serem disponibilizados	6
15. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta	6
16. Garantia do Serviço	7
17. Procedimentos de transição e finalização do contrato	7
VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	7
18. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO	7
19. Preposto	7
VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO	8
20. Forma de seleção	8
21. Justificativa de parcelamento ou aglutinação do objeto	8
VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA	8
22. Indicação de marcas ou modelos:	8
IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO	9
23. Habilitação jurídica	9
24. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária	11
X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. Do objeto

1.1. Contratação de serviços de fornecimento de licenças do software de videoconferência em nuvem (cloud) e licença Large Meetings 1.000 (um mil) participantes – Zoom Meetings Pro – Anual, incluindo suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, **em atendimento ao Gabinete da Secretaria de Educação do Município de Uberlândia-MG.**

GRUPO	ITEM	MPE Ou AC	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNID MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO ANUAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
01	01	MPE*	Licença de plataforma de videoconferência em nuvem (cloud) Zoom Meetings Pro – Anual, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico.	1008256	MO	01	1.380,38	1.380,38
	02	MPE*	Licença Large Meetings 1.000 (mil)participantes do software Zoom Meetings Pro – Anual, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico.	1008257	UN	01	12.277,50	12.277,50
	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 13.657,88	
	*Item reservado para Micro e Pequenas Empresas							

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, posto que se enquadram aos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Seus padrões de desempenho e de qualidade foram definidos por meio de especificações usuais do mercado com disponibilidade para compra ou contratação a qualquer momento. Além disso se configura como solução já adotada na Administração Pública e permite julgamento objetivo pelo menor preço.

2. Valor estimado

2.1. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

2.1.1. A data de consolidação do orçamento é: 09 de março de 2026.

2.2. O custo estimado global **anual** da contratação é de **R\$ 13.657,88 (treze mil seiscentos e cinquenta e sete e oitenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos no anexo.

2.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

3. Prazo de vigência e instrumento contratual

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. **O empenho deverá ser renovado a cada exercício.**

3.3. **A vantajosidade econômica da manutenção da contratação deverá ser atestada a cada exercício pelo gestor do contrato.**

3.4. **Caso a manutenção do contrato se torne desvantajosa, poderá ser procedida sua extinção, sem ônus, pelo gestor do contrato, nos termos do art. 106, inciso III e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.**

3.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que constitui instrumento indispensável à manutenção das atividades administrativas cotidianas do órgão/entidade, sendo utilizada de forma ininterrupta para a realização de reuniões internas, capacitações, e comunicação institucional entre unidades escolares e o gabinete da SME, sendo os elementos evidenciados no item 3 do Estudo Técnico Preliminar. Além disso, as licenças fornecidas pelo desenvolvedor têm validade de 12 (doze) meses, o que implica necessariamente na continuidade do contrato firmado até o próximo exercício financeiro.

3.6. Com os fundamentos apresentados no subitem anterior, a autoridade competente atesta a vantajosidade econômica na contratação plurianual.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

4.2. A contratação não foi prevista no Plano de Contratação Anual (PCA 2026) da Secretaria Municipal de Educação, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar que embasa esta contratação.

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS

5. Do Estudo Técnico Preliminar

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6. Da Sustentabilidade

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

7. Da exclusividade de participação de ME e EPP

7.1. A presente licitação será exclusiva para participação de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, tendo em vista o enquadramento no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8. Da participação de consórcios

8.1. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada à ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de produtos se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, consequentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

9. Da participação de cooperativas

9.1. A vedação à participação de Sociedades Cooperativas justifica-se devido à natureza comum e à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecerem os materiais de forma independente.

10. Da subcontratação

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, pois o objeto não apresenta complexidade que permita uma repartição objetiva da prestação do serviço, as licenças (Zoom Pro e Large Meeting) funcionam de forma indissociável e não requerem aquisição de bens físicos ou assistência presencial. A subcontratação poderia diluir responsabilidades e permitir que terceiros não auditados pelo Município tivessem acesso casual à gestão da conta e reuniões.

11. Garantia de contratação

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12. Regime de execução

12.1. O regime de execução do objeto será de fornecimento e prestação de serviço associado.

13. Condições de execução e medição de resultados

13.1. **Os serviços serão acionados no prazo de 05 (cinco) dias úteis e recebidos definitivamente no dia 14 de julho de 2026, correspondente ao vencimento da licença vigente no órgão, seguindo demais regras estabelecidas no contrato.**

13.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

13.2.1. Início da execução do objeto: 13 de julho de 2026;

13.2.2. A entrega da licença será efetuada através de conta institucional de e-mail do órgão, juntamente com as instruções para acesso ao site do fabricante, onde poderá ser efetuado o download dos Softwares e cadastro da senha de uso.

13.2.3. As licenças serão recebidas após a verificação da quantidade e da qualidade da prestação, e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento.

13.2.4. A entrega das licenças será feita em etapa única, ficando a Contratada posteriormente à disposição apenas para eventuais suportes técnicos relacionados ao uso e configurações da solução disponibilizada durante todo o período de vigência da licença contratada.

14. Materiais a serem disponibilizados

14.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os dados de acesso necessários à plataforma, bem como, formas de contato para prestação de suporte.

15. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

15.1. A demanda do órgão tem como base as características estipuladas nos Estudos Técnicos Preliminares.

16. Garantia do Serviço

16.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da ativação definitiva das licenças.

17. Procedimentos de transição e finalização do contrato

17.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

17.2. Caso a nova contratação seja realizada por empresa distinta da atual, a contratada que encerra o serviço deverá cooperar tecnicamente para a liberação da titularidade da conta institucional (zoom@sme.udi.br), permitindo que a nova empresa assuma a gestão das licenças sem a necessidade de criação de novos links de reunião (IDs). É admitida criação de licença a partir de nova conta de e-mail, o que requer solicitação prévia da contratada ao órgão;

17.3. A ativação das novas licenças ou a renovação das atuais deve ser sincronizada para ocorrer no primeiro dia útil após o vencimento do contrato anterior, vedada a interrupção do serviço para o usuário final.

17.4. A contratada que assume o serviço deverá realizar uma sessão de transferência de conhecimento (ajuste de configurações) com os servidores do Núcleo de Recursos Tecnológicos da SME, abordando: configurações de segurança da conta (SSO, criptografia, restrições de domínio); gerenciamento do painel de licenças Large Meetings; procedimentos para abertura de chamados técnicos.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

18. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO.

19. Preposto

19.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

19.2. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato. **Porém o preposto deverá estar disponível para atendimento remoto de questões contratuais e técnicas relativas às licenças.**

19.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

20. Forma de seleção

20.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento escolhido pela Unidade Central de Compras, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

21. Justificativa de parcelamento ou aglutinação do objeto

21.1. O objeto é indivisível e seu parcelamento é inviável, nos termos do art. 47, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a solução *Large Meeting* é classificada como um complemento de expansão ao número de acessos à reunião, cuja ativação é tecnicamente condicionada à existência prévia de uma licença base ativa (*Zoom Workplace Pro* ou superior). Portanto, a aquisição conjunta é a única via que garante a compatibilidade e a funcionalidade da solução para o público de 1.000 participantes.

VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

21.2. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

22. Indicação de marcas ou modelos:

22.1. Só serão aceitas licenças da plataforma de videoconferência Zoom Meetings. A restrição foi justificada no Estudo Técnico Preliminar.

IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

22.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender aos itens a seguir.

22.3. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, a licitante deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inciso II, da mesma Lei.

23. Habilitação jurídica

23.1. Tendo em vista o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, os documentos de habilitação que não forem mencionados neste documento serão dispensados, considerando-se a complexidade do objeto e/ou a análise de risco.

23.2. Declaração de que atende aos requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;

23.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.3.1. Nas licitações realizadas pelo ComprasGov, a declaração será prestada por registro no sistema; nos demais casos, deverá ser apresentada por meio de documento próprio.

23.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, bem como o documento de habilitação jurídica conforme orientação dos itens a seguir;

23.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

23.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

23.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 23.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 23.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 23.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 23.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 23.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, que demonstre a constituição e o funcionamento da cooperativa com observância das regras estabelecidas da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar Federal nº 130, de 17 de abril de 2009, acompanhada do registro de que trata, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 23.4.8.1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017:
- 23.4.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Federal nº 5.764, de 1971;
- 23.4.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- 23.4.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 23.4.8.1.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 23.4.8.1.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; b) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; c) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 23.4.8.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 23.4.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 23.4.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 23.4.11. **Ato de autorização para o exercício da atividade não é aplicável. A atividade de fornecimento de licenciamento de software e prestação de suporte técnico associado não está sujeita à autorização prévia de órgãos reguladores específicos ou conselhos de classe para o seu exercício. A natureza do objeto caracteriza-se como serviço de tecnologia da informação de livre exercício comercial, conforme a Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software).**
- 23.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

24. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária

- 24.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;

- 24.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 24.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 24.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 24.5. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 24.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 24.7. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.
- 24.8. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 24.9. Em caso de contratação custeada por recursos originados de transferências voluntárias da União, serão observados todos os requisitos das Instruções Normativas nº 116, de 2021 e 73, de 2022.

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 24.10. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 14.651, de 17 de dezembro de 2025, Lei Orçamentária Anual (LOA 2026), por meio da dotação orçamentária: 07-12.122.2005.2.077-3.3.90.40-07.01 - Fonte 1500000.

24.11. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Uberlândia, na data da assinatura digital.

Equipe responsável:

**BARBARA
GONCALVES DE
FIGUEIREDO:11
377592677**

Digitally signed by BARBARA
GONCALVES DE
FIGUEIREDO:11377592677
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Certificado Digital PF A3,
ou=Videoconferencia,
ou=30722213000198, ou=AC
SyngularID Multipla, cn=BARBARA
GONCALVES DE
FIGUEIREDO:11377592677
Date: 2026.05.29 13:49:59 -03'00'

**KARIUS
LEMES
RODRIGUES:0
1638811628**

Assinado de forma
digital por KARIUS
LEMES
RODRIGUES:01638811
628
Dados: 2026.05.29
15:07:42 -03'00'

**TANIA MARIA
DE SOUZA
TOLEDO:807
51580678**

Assinado de forma
digital por TANIA
MARIA DE SOUZA
TOLEDO:807515806
78
Dados: 2026.05.29
16:12:38 -03'00'

Nome Arquivo: Anexo II - Termo de Referência PE 187-2026 - Of. 2869.pdf

Documento assinado de forma digital por Tania Maria de Souza Toledo

Certificado: **IBljANBg***uw2XBLhQ**Qe2E/*****DAQAB**

Data: 17/06/2026 11:08:59



20261382727GFR